

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA GÁS VERDE S.A.

celebrado entre

GÁS VERDE S.A.
como Emissora,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas,

e

SYNTHESIS EMPREENDIMENTOS LTDA.

J. MALUCELLI CONSTRUTORA DE OBRAS S.A.;

S.A. PAULISTA DE CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO;

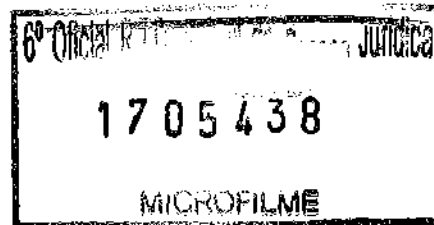
ARCADIS LOGOS ENERGIA S.A.

E

BIOGÁS ENERGIA AMBIENTAL S.A.

NOVO GRAMACHO ENERGIA AMBIENTAL S.A.
como Intervenientes Garantidores

Datado de
15 de março de 2013



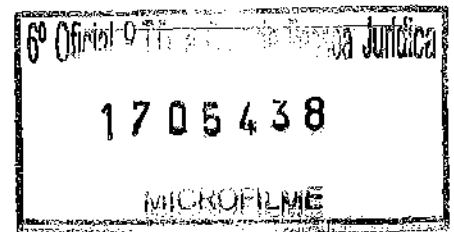
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA GÁS VERDE S.A.

Pelo presente instrumento particular,

- (i) **GÁS VERDE S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Assembleia, nº 10, 15º andar, conj. 1503, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.131.464/0001-53, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social (“Companhia” ou “Emissora”); e
- (ii) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200 – Bloco 4 – Sala 514, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”), representando os debenturistas da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora (“Debenturistas”),

Na qualidade de intervenientes garantidores:

- (iii) **SYNTHESIS EMPREENDIMENTOS LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Neri Pinheiro, nº 298, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.195.421/0001-39, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Synthesis”);
- (iv) **J. MALUCELLI CONSTRUTORA DE OBRAS S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rodovia do Café Km 0,5 nº 315, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.519.974.0001-48, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social (“J. Malucelli”);
- (v) **S.A. PAULISTA DE CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o



CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. A Escritura é firmada com base em autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora (“AGE”) realizada em 12 de dezembro de 2012, na qual foi deliberada a emissão das Debêntures e a constituição da Cessão Fiduciária dos Créditos da Petrobrás, conforme abaixo definido, bem como as condições constantes do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”).

1.2. As Garantias outorgadas pelas Intervenientes Garantidoras no âmbito da presente Escritura são outorgadas com base: (i) na deliberação da Reunião de Sócios da Synthesis, realizada em 12 de dezembro de 2012, na qual foi deliberada a outorga da Fiança e a alienação fiduciária das Ações Alienadas pela Synthesis; (ii) na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da J. Malucelli, realizada em 7 de janeiro de 2013, na qual foi deliberada a outorga da Fiança e a alienação fiduciária das Ações Alienadas pela J. Malucelli; (iii) na deliberação da Reunião de Conselho de Administração da Biogás, realizada em 12 de dezembro de 2012, na qual foi deliberada a alienação fiduciária das Ações Alienadas pela Biogás; (iv) na deliberação da Reunião de Conselho de Administração da S.A. Paulista, realizada em 14 de fevereiro de 2013, na qual foi deliberada a outorga da Fiança; (v) na deliberação da Reunião de Conselho de Administração da Arcadis, realizada em 12 de dezembro de 2012, na qual foi deliberada a outorga da Fiança; (vi) na deliberação da Reunião de Conselho de Administração da Novo Gramacho, realizada em 12 de dezembro de 2012, na qual foi deliberada a cessão fiduciária dos direitos emergentes do Contrato nº 155/2007, celebrado em 5 de julho de 2007, entre a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (“COMLURB”) e a Novo Gramacho (“Contrato de Concessão”); (vii) na autorização por escrito concedida, em 8 de janeiro de 2013, pela COMLURB, a qual permitiu a cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão pública de exploração do Aterro Sanitário Metropolitano de Jardim Gramacho (“Autorização da COMLURB”), em condições estabelecidas no Contrato de Concessão; e (viii) na autorização por escrito concedida, em 15 de março de 2013, pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“Petrobras”), a qual permitiu a cessão fiduciária dos créditos decorrentes do Contrato nº 1050.0056088.10.2, celebrado entre a Emissora e a Petrobras, para o fornecimento de Biogás Purificado e Outras Avenças, datado de 30 de dezembro de 2009, conforme aditado tempos em tempos (“Contrato de Fornecimento”).

1705438

MICROFILME

CLÁUSULA II REQUISITOS

A primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora ("Debêntures"), sob o regime de garantia firme, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), nos termos desta Escritura ("Emissão" ou "Oferta"), será feita com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1.1. A ata da AGE da Companhia que deliberou sobre a presente Emissão, realizada em 12 de dezembro de 2012, será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no Jornal do Commercio ("Jornais de Publicação da Companhia").

2.1.2. Os atos societários da Emissora e das Intervenientes Garantidoras que pela lei são passíveis de serem arquivados e publicados e que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCERJA, na Junta Comercial do Estado de São Paulo, na Junta Comercial do Estado do Paraná e na Junta Comercial de Minas Gerais, conforme aplicável, bem como serão publicados nos respectivos Jornais de Publicação da Companhia e de cada uma das Intervenientes Garantidoras.

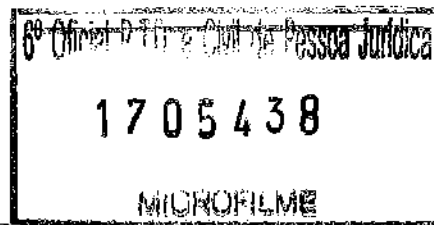
2.2. Arquivamento da Escritura

2.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERJA, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Dispensa de registro na CVM

2.3.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM, previsto no artigo 19 da Lei 6.385 de 7 de dezembro de 1976 e alterações posteriores.

1
5
12/12/12



2.4. Dispensa de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.4.1. A Emissão é automaticamente dispensada de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 25 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”.

2.5. Registro para Distribuição nos Mercados Primário e Secundário

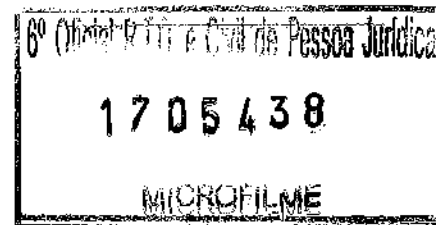
2.5.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Títulos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação, observado o disposto na Cláusula 2.5.2 abaixo, no mercado secundário por meio do Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários (“Cetip21”), também administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado ainda o cumprimento pela Emissora das obrigações disposta no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.6. Registro da Garantia

2.6.1. A presente Escritura, em função das garantias fidejussórias nela prestadas, será registrada nos cartórios de títulos e documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná e da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na forma prevista na Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e alterações posteriores, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data de assinatura desta Escritura (mas, em qualquer hipótese, antes da data de liquidação das Debêntures), sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.1 abaixo.

2.6.1.1 No prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o registro mencionado na Cláusula 2.6.1 acima, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura devidamente registrada na JUCERJA e nos competentes cartórios de títulos e documentos.



CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1. Número da Emissão e Valor Total

3.1.1. A presente Escritura representa a primeira emissão pública com esforços restritos de colocação de debêntures da Emissora. O valor total da Emissão será de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida abaixo ("Valor da Oferta").

3.2. Valor Nominal Unitário

3.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única. Serão emitidas 150 (cento e cinquenta) Debêntures.

3.3.2. Não haverá a emissão de debêntures adicionais ou lote suplementar.

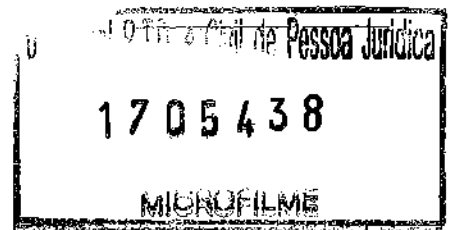
3.4. Forma e comprovação de titularidade

3.4.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos das Debêntures.

3.4.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário (conforme abaixo definido). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no Cetip21.

3.5. Conversibilidade

3.5.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.



3.6. Espécie

3.6.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória.

3.7. Data de Emissão

3.7.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de março de 2013 ("Data de Emissão").

3.8. Prazo e Data de Vencimento

3.8.1. O prazo de vencimento das Debêntures será de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2023 ("Data de Vencimento").

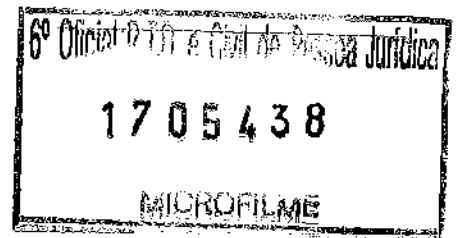
3.9. Remuneração das Debêntures

3.9.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, denominadas "Taxa DI over extragrupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), a partir da Data de Emissão (respectivamente, "Taxa DI" e "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento das Debêntures, obedecida a seguinte fórmula.

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$

onde:

- (a) "J": valor da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



- (b) “VNe”: Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (c) “Fator Juros”: Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

- (d) “FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k);$$

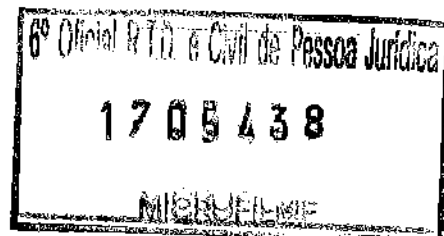
onde:

- (i) “n”: número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro; e
- (ii) “TDI_k”: Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- (A) “DI_k”: Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;
- (e) “Fator Spread”: Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:



$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{sobretaxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right];$$

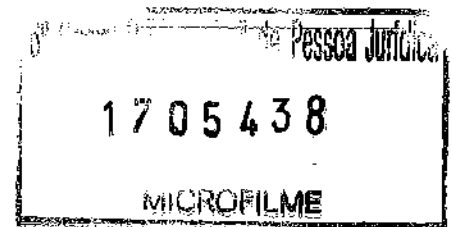
onde:

- (i) “sobretaxa”: 3,7500% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento)
- (ii) “DP”: número de Dias Úteis entre a Data de Emissão e o último evento de pagamento, conforme o caso, e a data atual, sendo ‘DP’ um número inteiro.

observado, ainda:

- (A) “Período de Capitalização”: Define-se como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a data de Vencimento. A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida mensalmente, conforme disposto na Cláusula 3.11 abaixo;
- (B) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ deve ser considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório;
- (C) Efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (D) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma; e

3.9.2. Observado o disposto na Cláusula 3.9.3 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração de “TDI_k”, a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer



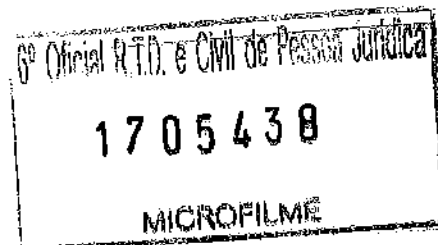
compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

3.9.3. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula 3.9.3, convocar Assembleia Geral dos Debenturistas (“AGD”) para deliberar, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração (“Remuneração Substitutiva”). Até o momento da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada para apuração de “TDIk”, a última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso Debenturistas reunidos em AGD, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), não aprovem a Remuneração Substitutiva proposta pela Emissora, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI, a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

3.9.4. Para efeito desta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação”, para os fins de deliberação, todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

3.9.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD e não haja qualquer vedação legal quanto a sua utilização, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

3.9.6. Os Fiadores desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 3.9.2 e 3.9.3 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos dos artigos 360 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de fevereiro de 2002 e alterações posteriores (“Código Civil”), mantendo-se as Fianças válidas e em pleno vigor, inclusive no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação.



3.10. Carência e Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário

3.10.1. A amortização do Valor Nominal Unitário Debêntures terá período de carência de 6 (seis) meses contados a partir da Data de Emissão (“Período de Carência do Principal”), sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de setembro de 2013.

3.10.2. O Valor Nominal Unitário será amortizado em 114 (cento e quatorze) parcelas mensais consecutivas, no 15º (décimo quinto) dia de cada mês, contadas a partir Período de Carência do Principal, observando os seguintes volumes de amortizações por período (cada um, um “Período de Amortização”):

Período de Amortização Mensal:	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser amortizado por parcela no Período de Amortização:
De 15 de setembro de 2013 até 15 de março de 2014	2,13334%
De 16 de março de 2014 até 15 de março de 2015	1,08334%
De 16 de março de 2015 até 15 de março de 2016	1,06666%
De 16 de março de 2016 até 15 de março de 2017	1,00000%
De 16 de março de 2017 até 15 de março de 2018	0,90000%
De 16 de março de 2018 até 15 de março de 2019	0,79167%
De 16 de março de 2019 até 15 de março de 2020	0,70833%
De 16 de março de 2020 até 15 de março de 2021	0,63333%
De 16 de março de 2021 até 15 de março de 2022	0,58333%
De 16 de março de 2022 até a Data de Vencimento	0,50000%

3.11. Periodicidade do Pagamento da Remuneração

3.12.1. O pagamento da Remuneração será feito mensalmente, no 15º (décimo quinto) dia de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de abril de 2013 e o último na Data de Vencimento.

3.12. Preço de Subscrição

3.12.1. As Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização (“Preço de Subscrição”).

[Handwritten signatures and initials]



3.13. Integralização

3.13.1. A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP. A totalidade dos valores decorrentes da Integralização deverá ser depositada pelo Coordenador Líder, conforme definido abaixo, na Conta Vinculada (conforme definida abaixo).

3.14. Oferta de Resgate Antecipado

3.14.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante o envio de comunicação escrita aos Debenturistas, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares de Debêntures igualdade de condições para aceitar ou rejeitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade (“Oferta de Resgate Antecipado”), com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data que deverá ocorrer a Oferta de Resgate Antecipado (“Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado” e “Data da Oferta de Resgate Antecipado”, respectivamente).

3.14.2. No Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado deverão constar os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) a Data da Oferta de Resgate Antecipado; (ii) se o resgate será total ou parcial, observadas, nesta hipótese, as regras previstas na Cláusula 3.14.5 abaixo; (iii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado; (v) o procedimento para o exercício da aceitação da Oferta de Resgate Antecipado; (vi) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada a aceitação de um percentual mínimo de Debenturistas; e (vii) quaisquer outras informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado.

3.14.3. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data da Oferta de Resgate Antecipado, acrescida ou não de prêmio, conforme previsto no Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado.

3.1.1. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora, com o de acordo do Agente Fiduciário, sob a realização da Oferta de Resgate Antecipado, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da realização da Oferta de Resgate Antecipado.

13



3.14.4. Após a publicação do Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar, nos termos do Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado, ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado, findo o qual, a Emissora terá o prazo de 7 (sete) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as debêntures objeto de resgate antecipado serão resgatadas em uma única data.

3.14.5. Caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures das que poderão ser resgatadas, com base no Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá operacionalizar o sorteio. Neste caso, a Oferta de Resgate Antecipado deverá ser realizada, para as Debêntures custodiadas no Cetip21, conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

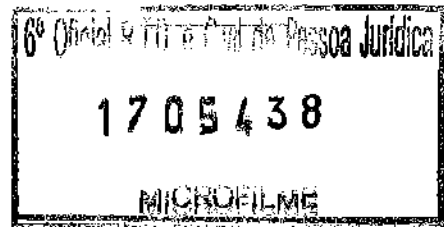
3.14.6. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

3.15. Local de Pagamento

3.15.1. Observado o previsto na Cláusula 3.17 desta Escritura, os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no Cetip21; e/ou (ii) por meio do Banco Liquidante e Escriturador Mandatários para as Debêntures que não estiverem registradas no Cetip21.

3.16. Imunidade dos Debenturistas

3.16.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.



3.17. Prorrogação dos Prazos

3.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando os respectivos vencimentos coincidirem com dia em que não haja expediente bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de vencimento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

3.18. Encargos Moratórios

3.18.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso devidamente atualizados da Remuneração, desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, estes calculados *pro rata temporis*.

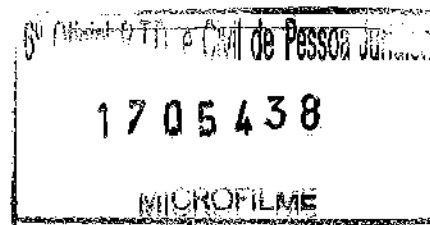
3.19. Decadência de Direitos aos Acréscimos

3.19.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou data do pagamento constante do comunicado publicado pela Emissora.

3.20. Publicidade

3.20.1. Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Jornal do Commercio, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet (www.gasverde.com.br). A publicação dos referidos atos poderá ser substituída por correspondência registrada entregue pela Emissora a todos os titulares das Debêntures e ao Agente Fiduciário.

15



3.21. Destinação dos Recursos

3.21.1. A totalidade dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures será destinada (i) ao alongamento perfil de endividamento da Emissora, (ii) a investimento em capital de giro da Emissora; e (iii) ao pagamento de obrigações da Emissora com partes relacionadas.

3.22. Repactuação

3.22.1. As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

3.23. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.23.1. O banco liquidante da Emissão e a instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures é o Banco Bradesco S.A. ("Banco Liquidante e Escriturador Mandatário").

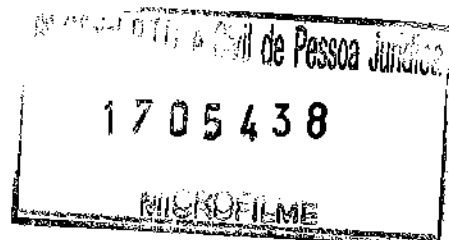
3.24. Garantias

3.24.1. As Debêntures terão como garantias:

(i) a cessão fiduciária (i.a) da totalidade dos direitos creditórios da Emissora decorrentes do fornecimento de biogás purificado, nos termos do Contrato de Fornecimento; e (i.b) todos os valores a serem depositados e mantidos na conta vinculada, de titularidade da Emissora, aberta junto ao Banco Bradesco S.A. ("Banco Depositário"), movimentável única e exclusivamente pelo Banco Depositário mediante instruções do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Conta Vinculada"), decorrentes do pagamento pelos Clientes dos direitos creditórios descritos no item "(i.a)" desta cláusula e todos e quaisquer valores ou recursos que venham a ser depositados, independente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, nos termos do "Contrato de Administração e Cessão Fiduciária de Direitos e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Depositário ("Contrato de Administração e Cessão Fiduciária Petrobrás" e "Cessão Fiduciária dos Créditos da Petrobrás");

(ii) a cessão fiduciária dos direitos emergentes do Contrato de Concessão, nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Novo Gramacho e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária Novo Gramacho");

Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 16.



(iii) alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social da Emissora, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as ações alienadas fiduciariamente sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas aos acionistas da Emissora, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações alienadas fiduciariamente, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Emissora, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações alienadas fiduciariamente, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo Emissora ("Ações Alienadas da Emissora"), nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Gás Verde S.A., a ser celebrado entre a Synthesis, J. Malucelli, Biogás e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária Gás Verde");

(iv) alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social da Novo Gramacho, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Novo Gramacho, bem como quaisquer bens em que as ações alienadas fiduciariamente sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas aos acionistas da Novo Gramacho, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações alienadas fiduciariamente, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Novo Gramacho, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações alienadas fiduciariamente, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo Emissora ou a Novo Gramacho ("Ações Alienadas da Novo Gramacho" e, em conjunto com as Ações Alienadas da Emissora, as "Ações Alienadas"), nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Novo Gramacho S.A., a ser celebrado entre a Synthesis, J. Malucelli, Biogás e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária Novo Gramacho") e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Novo Gramacho S.A. ("Contrato de Alienação Fiduciária Novo Gramacho" e, em conjunto com o Contrato de Administração e Cessão Fiduciária Petrobrás, o Contrato de Cessão Fiduciária Novo Gramacho e o Contrato de Alienação Fiduciária Gás Verde, os "Contratos de Garantia"); e



(v) garantia fidejussória, na qual os Fiadores obrigam-se, solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e responsáveis por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura, em especial da Cláusula 3.24.2.1. abaixo.

3.24.1.1. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, promover os registros e averbações dos Contratos de Garantia, caso a Emissora não o faça, às expensas desta, nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil, conforme previsto nos Contratos de Garantia, sem prejuízo de incorrência pela Emissora no descumprimento de obrigação não pecuniária.

3.24.1.2. O somatório dos valores das garantias reais mencionadas nos itens (i) a (iv) da Cláusula 3.24.1 deverá corresponder a 100% (cem por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário.

3.24.2. Garantia Fidejussória

3.24.2.1. Os Fiadores neste ato obrigam-se, solidariamente entre si e com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e, solidariamente com a Emissora, responsáveis por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura, pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração incidente sobre as Debêntures, dos Encargos Moratórios devidos pela Emissora, nos termos das Debêntures e desta Escritura, bem como de todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário, pelo Banco Depositário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários ao exercício de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura (“Fianças” e “Valor Garantido”).

3.24.2.2. Os Fiadores obrigam-se a pagar o Valor Garantido no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Fiadores informando a falta de pagamento pela Emissora, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pelos Fiadores de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

3.24.2.3. Os Fiadores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e

faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 821, 827, 830, 834, 837, 838 e 839, do Código Civil.

3.24.2.4. Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, as Fianças objeto da Cláusula 3.24.1 acima, observado, entretanto, que os Fiadores desde já concordam e obrigam-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelos Fiadores nos termos das Fianças somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

3.24.2.5. As Fianças entrarão em vigor na Data de Emissão, permanecendo válidas em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

3.24.2.6. As Fianças poderão ser executadas e exigidas pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias, até a integral liquidação do Valor Garantido.

3.24.2.7. Os Fiadores desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido. As presentes Fianças extinguir-se-ão automaticamente com o total e final adimplemento válido e eficaz do Valor Garantido.

3.24.3. Os Contratos de Garantia deverão ser registrados nos respectivos cartórios indicados no Contratos de Garantia, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data das respectivas assinaturas, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures nos termos da Cláusula 4.1 abaixo.

3.25. Colocação das Debêntures

3.25.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, com esforços restritos de colocação, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Gás Verde S.A." ("Contrato de Distribuição").

3.25.2. O plano de distribuição publica seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Banco Bradesco BBI S.A., na qualidade de coordenador da Oferta ("Coordenador Líder"), poderá acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

1705438

MICROFILME

3.25.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta descrita na presente Escritura (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) da Cláusula 3.25.6 abaixo deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.25.4. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.25.5. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o dia útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta.

3.25.6. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo investidores qualificados, incluindo, mas não se limitando a (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.25.3 alínea (ii) acima, pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios ("Investidores Qualificados").

3.25.7. Havendo exercício da garantia firme, as Debêntures poderão ser colocadas em qualquer das empresas que integram o conglomerado financeiro do Coordenador Líder.

3.25.8. O Plano de Distribuição elaborado pelo Coordenador Líder levará em consideração suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder e da Emissora, observados os termos estabelecidos no Contrato de Distribuição.

1
20
Handwritten signatures and initials.

1705438

MICROFILME

3.25.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos investidores interessados em adquirir Debêntures.

3.25.10. Não será (i) constituído fundo de sustentação de liquidez; (ii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures, e (iii) firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures.

3.25.11. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

CLÁUSULA IV VENCIMENTO ANTECIPADO

4.1. Respeitado o disposto nas Cláusulas 4.2 e 4.3, as obrigações da Emissora previstas nesta Escritura serão declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo:

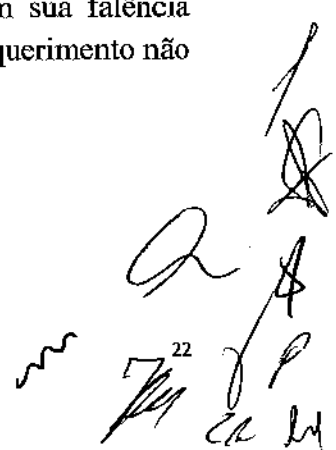
- (a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na presente Escritura;
- (b) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura ou inadimplemento pela Emissora ou qualquer obrigação prevista nos Contratos de Garantia, se não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, exceto nos casos com prazo específico para cumprimento, contados da data do recebimento pela Emissora da notificação de inadimplemento a ser enviada pelo Agente Fiduciário, quando aplicável;
- (c) na hipótese de decretação do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratada pela Emissora ou por quaisquer sociedades direta ou indiretamente sujeitas ao seu controle societário, cujo valor agregado supere R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (d) caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura e ou nos Contratos de Garantia provarem-se falsas, materialmente incorretas ou enganosas;
- (e) se a Emissora alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer bens de seu ativo sem a anuência expressa dos Debenturistas, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios, em

1705438

MICROFILM

valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora não superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e (ii) alienações ou onerações decorrentes de leis, medidas judiciais ou administrativas;

- (f) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra sociedade ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (g) se houver qualquer transferência do controle societário da Emissora ou da Novo Gramacho, direta ou indireta, inclusive por meio de reorganização societária, em ambos os casos sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas;
- (h) redução de capital social da Emissora, exceto (i) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A.; ou (ii) se previamente autorizado pelos Debenturistas;
- (i) protesto de título(s) de responsabilidade ou co-obrigação da Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), cuja devida e tempestiva comprovação de sustação, cancelamento, suspensão dos efeitos ou pagamento não for apresentado ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar do recebimento da notificação do protesto;
- (j) não pagamento, no prazo indicado na referida decisão, de valor devido em decorrência de decisão judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, em montante superior, individual ou agregado, a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (k) se qualquer documento da Emissão, incluindo-se os Contratos de Garantia, ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão ou de suas garantias, e tal efeito não puder ser sanado;
- (l) se a Emissora ou a Novo Gramacho (i) solicitarem moratória, (ii) solicitarem suspensão geral do pagamento e/ou reestruturação de parte substancial de suas dívidas, (iii) tornarem-se insolventes, requererem recuperação judicial, extrajudicial ou falência; ou (iv) se a Emissora ou a Novo Gramacho tiverem sua falência decretada e/ou requerida, nesta última hipótese desde que referido requerimento não seja elidido no prazo judicial aplicável;



1705438

MICROFILME

- (m) caso a Emissora ou a Novo Gramacho vierem a cessar suas atividades empresariais, a adotar medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução ou a realizar transformação em sociedade limitada;
- (n) caso a Emissora realize o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, incluindo financiamentos pela Emissora, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A., inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo;
- (o) caso as Garantias previstas na Cláusula 3.24 desta Escritura venham a se tornar ineficazes ou inexecutáveis, e tal ineficácia ou inexecutabilidade não seja revertida no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis da sua ocorrência;
- (p) mudança relevante nas condições econômicas, no estado financeiro e/ou operacionais da Emissora, que comprovadamente (mediante publicação de fato relevante ou de comunicado ao mercado, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), bem como na regulamentação aplicável), afete de forma negativamente relevante a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações financeiras, incluindo, mas não se limitando as obrigações financeiras decorrentes da presente Escritura;
- (q) caso a presente Escritura, em função da garantia fidejussória nela prestada, não seja registrada nos cartórios de títulos e documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná e da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no prazo descrito na Cláusula 2.6. acima; e
- (r) caso os Contratos de Garantia não sejam registrados no prazo previsto na Cláusula 3.24.3 acima.

4.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (e), (h), (i), (j), (k), (l), (m); (n); (o); (q) e (r) da Cláusula 4.1 acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, inclusive por meio da excussão das Garantias, uma vez observado os Contratos de Garantia.

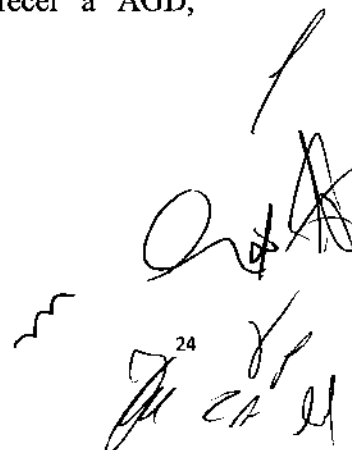
4.3. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (d), (e), (f), (g) e (p), da Cláusula 4.1 acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que tomar conhecimento do evento, uma AGD para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A AGD a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

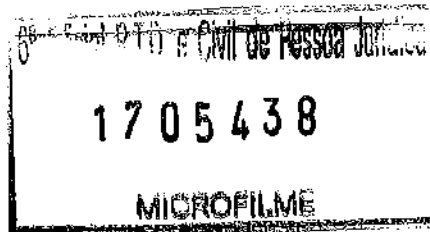
4.4. Na Assembleia mencionada na Cláusula 4.3 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos na Cláusula 7.2 e 7.4 desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.5. Na hipótese (i) de não instalação da AGD mencionada acima por falta de quorum, ou (ii) de não aprovado o exercício da faculdade prevista acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

4.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário ou o seu saldo, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.18 acima.

4.7. Na hipótese de não aprovação, pela AGD, do exercício da faculdade prevista na Cláusula 4.3 acima, o pagamento, em razão da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, deverá ser efetuado pela Emissora em até 2 (dois) Dias Úteis contados (i) do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada no endereço constante da Cláusula 9.2 desta Escritura, ou por aviso de recebimento a qualquer recebedor; ou (ii) da data da realização da AGD, caso a Emissora tenha sido intimada a comparecer à AGD, independentemente de ter comparecido ou assinado a ata da referida AGD.

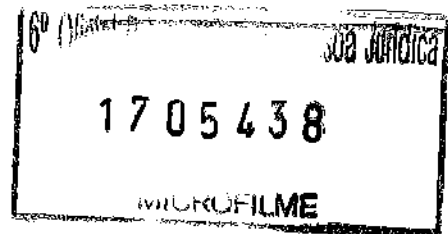
 24



CLÁUSULA V
COMPROMISSOS DA EMISSORA E
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

5.1. Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nesta Escritura;
- (b) notificar de forma expressa e inequívoca ao Agente Fiduciário sobre qualquer mudança relevante na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora ou de suas controladas, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data em que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;
- (c) notificar de forma expressa e inequívoca ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de qualquer decisão judicial, administrativa e arbitral definitiva que implique em condenação da Emissora a obrigação cujo cumprimento implique dispêndio igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos judiciais, administrativos e procedimentos arbitrais dos quais a Emissora figure como parte;
- (d) notificar de forma expressa e inequívoca ao Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer descumprimentos de obrigações que impliquem vencimento antecipado das obrigações desta Escritura, conforme previsto na Cláusula 4.1 acima;
- (e) encaminhar ao Agente Fiduciário:
 - (i) informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário requerer, sempre que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;
 - (ii) (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que



ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício acompanhada do relatório da administração e do parecer de auditoria e (b) declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Escritura;

(iii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada semestre, ou até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas informações semestrais relativas aos respectivos semestres, quando for o caso, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes;

(iv) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento que envolva obrigações de pagamento pela Emissora de valores iguais ou superiores à R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), dentro de 5 (cinco) Dias Úteis após o seu recebimento;

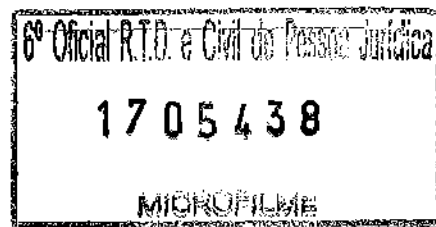
(v) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, e que seja necessária para que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura;

(vii) em até 5 (cinco) Dias Úteis, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 3.20, acima;

(viii) avisos aos titulares das Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares das Debêntures, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem publicados (ou deveriam ter sido publicados) ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

(ix) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do descumprimento ou na data do seu conhecimento, o que ocorrer primeiro;

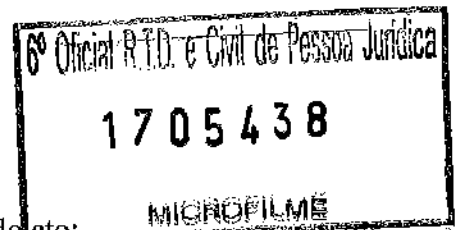
- (f) convocar as AGDs, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem direta ou indiretamente com a presente Emissão;
- (g) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos



solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia, ou pela CETIP;

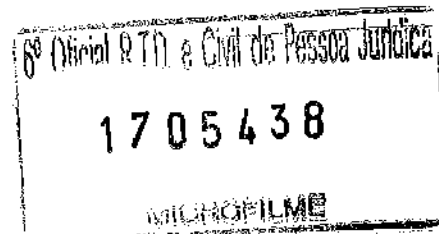
- (h) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, suas demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das S.A., e com os normativos emitidos pela CVM, (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (iii) divulgar tais demonstrações acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, e (iv) manter tais documentos em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos, nos termos da Instrução CVM 476;
- (i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, bem como os termos desta Escritura;
- (j) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora;
- (k) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso, em data e em horário comercial previamente acordados com a Emissora, a qual não poderá exceder a 2 (dois) Dias Úteis contados de solicitação do Agente Fiduciário: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela AGD;
- (l) manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (m) notificar o Agente Fiduciário e a CETIP, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de

27
74 24



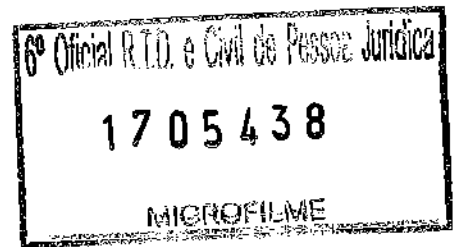
05 (cinco) dias corridos após a ocorrência do fato ou do ato;

- (n) tomar todas as medidas para manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades ou comprovar que a obtenção de referidas licenças encontra-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja falta, perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para suas capacidades em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (o) manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora na esfera judicial ou administrativa;
- (p) contratar e manter contratado, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures: (i) Banco Liquidante e Escriturador Mandatário; (ii) Agente Fiduciário; (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (Cetip21); e, durante o prazo necessário, o Banco Depositário.
- (q) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura;
- (r) comunicar ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.21 acima;
- (s) enviar à CVM, ao Agente Fiduciário e à CETIP, na data da primeira publicação de convocação de AGD, cópia do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD;
- (t) contratar e manter contratada, enquanto as Debêntures não forem integralmente quitadas, empresa de consultoria independente e/ou banco de investimento, ambos de primeira linha, para realização do laudo de avaliação das Ações Alienadas, nos termos da Cláusula 5.1 abaixo;



- (u) adotar todas as providências necessárias e comercialmente razoáveis para a defesa dos ativos onerados nos Contratos de Garantia, contra quaisquer procedimentos judiciais ou administrativos que venham a ser propostos por terceiros;
- (v) no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, a contar da respectiva solicitação, seguindo os critérios de razoabilidade e de boa-fé, fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações e comprovações por este requeridas, acerca das Debêntures, incluindo, mas não limitando-se aos direitos cedidos fiduciariamente, ao valores constantes da Conta Vinculada e das Ações Alienadas, nos termos dos Contratos de Garantia, de sorte a permitir que o Agente Fiduciário execute todas as disposições dos Contratos de Garantia;
- (w) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das Debêntures, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre as Debêntures e às garantias, nos termos dos Contratos de Garantia, contra quaisquer processos administrativos ou judiciais que venham a ser propostos por terceiros e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa as Debêntures;
- (x) (i) observar os deveres de sigilo e as vedações à negociação previstos na Instrução CVM nº 358; e (ii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder, nos termos da Instrução CVM nº 358 e da Instrução CVM 476;
- (y) contratar, as suas expensas, escritório de advocacia de renomada reputação para assessorar a Emissora e o Coordenador Líder na elaboração dos documentos da Oferta;
- (z) fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP; e
- (aa) não rescindir ou dar causa à rescisão, cumprir com todas as obrigações constantes no, e, não realizar qualquer alteração sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas às condições do Contrato de Fornecimento de Gás Bioquímico e Outras Avenças, celebrado em 18 de novembro de 2009, conforme alterado, entre a Emissora e a Novo Gramacho.
- (bb) não rescindir ou dar causa à rescisão, cumprir com todas as obrigações constantes no, e, não realizar qualquer alteração sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas às condições do Contrato entre Gás Verde e a Petróleo Brasileiro

1
29
P



S.A. para o Fornecimento de Biogás Purificado e Outras Avenças, celebrado em 30 de dezembro de 2009, conforme alterado, entre a Emissora e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

5.2. Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, a Nova Gramacho obriga-se a:

- (i) manter válido e eficaz o Contrato de Concessão, bem como, no prazo de 3 (três) meses contados a partir da Data da Emissão, celebrar aditamento ao Contrato de Concessão, de forma a ratificar os termos e condições da Autorização da COMLURB;
- (ii) obter e observar os termos de, e praticar, todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos relevantes exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Novo Gramacho necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações; e
- (iii) tomar todas as medidas para manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades ou comprovar que a obtenção de referidas licenças encontra-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja falta, perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para suas capacidades em honrar as obrigações relativas às Debêntures.

CLÁUSULA VI AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. Nomeação

6.1.1. A Emissora constitui e nomeia a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, acima qualificada, como o agente fiduciário dos Debenturistas da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar perante a Emissora os titulares das Debêntures.



6.1.2. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28").

6.2. Substituição

6.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

6.2.2. Se a convocação da AGD a que se refere a Cláusula 6.2.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

6.2.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que o escolher, observado o disposto na Cláusula 6.2.7. abaixo.

6.2.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.2.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

6.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

6.2.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD não delibere sobre a matéria, observado que (i) o eventual substituto não poderá, receber remuneração superior ao seu antecessor, a não ser que aprovado pela Emissora; e (ii) a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário.



6.2.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser arquivado na JUCERJA.

6.2.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

6.2.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

6.3. Deveres

6.3.1. Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o arquivamento desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, inconsistências ou inverdades constantes de tais informações;

- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, as AGDs, respeitando-se as regras relacionadas à convocação da AGD, bem como à publicação constantes da Lei das S.A. e desta Escritura, devendo ser a Emissora notificada desta convocação concomitantemente;
- (k) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das S.A., o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório citado nesta cláusula, inclusive o organograma societário da Emissora que deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrantes de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização legal à CVM pelo Agente Fiduciário:
 - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas das Debêntures efetuadas pela Emissora;

1
33
P



- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias reais; e
 - (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (m) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora e na página da rede mundial de computadores pertinente;
 - (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (iii) na sede da CVM;
 - (iv) na sede do Coordenador Líder, indicada na Cláusula 9.2 abaixo; e
 - (v) na CETIP.
- (n) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 3.20 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autoriza, desde já, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;



- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) notificar os Debenturistas, por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - (i) à CVM; e
 - (ii) à CETIP;
- (r) verificar a regularidade da constituição das garantias reais e fidejussórias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (s) disponibilizar, diariamente, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu site www.pentagonotrustee.com.br; e
- (t) Acompanhar, em conjunto com a Emissora, com o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura.

6.3.2. A atuação do Agente Fiduciário limitar-se-á ao disposto nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e ao escopo da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das S.A.

6.4. Atribuições Específicas

6.4.1. O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer processos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;



- (b) executar as garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (c) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) requerer a falência da Emissora; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

6.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas da Cláusula anterior se, convocada a AGD, esta assim o autorizar pelo *quorum* de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “e” da mesma Cláusula.

6.4.3. O Agente Fiduciário responderá perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções, conforme decisão transitada em julgado da qual não cabe mais recursos.

6.4.4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.4.5. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de

documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

6.4.6. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

6.5. Remuneração

6.5.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração anual de R\$ 8.000 (oito mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.

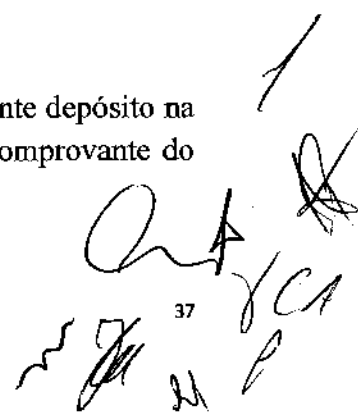
6.5.2. As parcelas citadas na cláusula 6.5.1 supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.5.3. As parcelas citadas nos itens acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.5.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.5.5. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

37





6.5.6. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

6.5.7. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário.

6.5.8. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, viagens, alimentação e estadias, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

CLÁUSULA VII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Convocação

7.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, nos termos do artigo 71 da Lei das S.A., a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.1.2. A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.1.3. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no DOESP e no DCI, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.

7.1.4. Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das S.A. para a assembleia geral de acionistas.

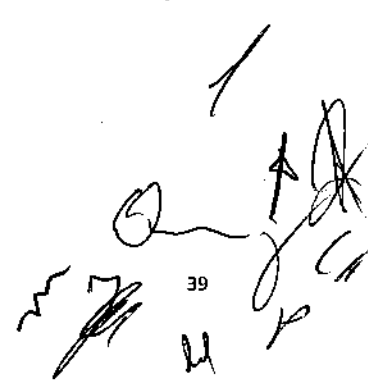
7.1.5. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 08 (oito) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

7.1.6. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

7.1.7. Nas deliberações da AGD, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificado em lei ou na presente Escritura.

7.1.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

7.1.9. Não será admitida na AGD a presença de quaisquer pessoas que não comprovem sua condição de Debenturistas ou mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações, exceto se especialmente convocadas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente notariados, consularizados e contendo a devida tradução juramentada.



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and several smaller initials.



7.2. Quorum de Instalação

7.2.1. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

7.2.2. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs, que poderão participar e discutir os assuntos levados à deliberação, desde que sem prejudicar a dinâmica dos trabalhos.

7.3. Mesa Diretora

7.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito no mínimo pela maioria dos titulares das Debêntures presentes à Assembleia ou àquele que for designado pela CVM.

7.3.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.4. Quorum de Deliberação

7.4.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.4.2 abaixo, nas deliberações das AGDs, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, bem como a deliberação objeto da Cláusula 4.4 acima, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

7.4.2. As alterações na Remuneração, nas condições de prazo, amortização e espécie das Debêntures, nas hipóteses de vencimento antecipado, bem como alterações a qualquer *quorum* de deliberação previsto nesta Escritura, exceto o quorum previsto na Cláusula 6.4.2 acima, deverão contar com a aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

7.4.3. As alterações das disposições estabelecidas nesta Cláusula 7.4 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.



CLÁUSULA VIII
DECLARAÇÕES E GARANTIAS

8.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

8.1.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) o representante legal que assina esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;

1

Q T A
M P

41



- (j) aceita integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura; e
- (k) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes.

8.2. Declarações e Garantias da Emissora

8.2.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e os Contratos de Garantia, a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto com relação ao ônus ou gravame decorrente do Contrato de Administração e Cessão Fiduciária; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e alterações posteriores ("Código de Processo Civil");
- (d) a Emissora está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (e) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito, que seja de conhecimento da Emissora, cujo prognóstico de resultado possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira;
- (f) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a essa Emissão;

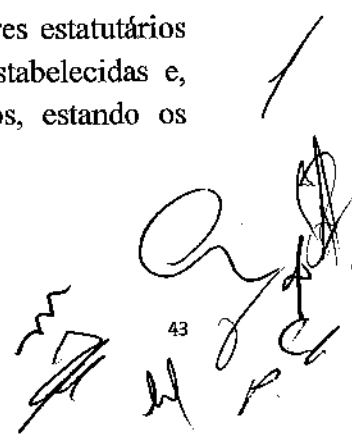
42
PLA

1705438

MICROFILME

- (g) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (h) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída como companhia de capital fechado de acordo com as leis brasileiras; e foi devidamente constituída, com plenos poderes para conduzir seus negócios;
- (i) esta Escritura constitui, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não está subordinada a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (j) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures ou para a realização da Emissão, exceto com relação às Garantias e ao registro das Debêntures junto ao MDA e ao Cetip21;
- (k) a Emissora está em cumprimento das leis e regulamentos ambientais a elas aplicáveis, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora ou para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;
- (l) a Emissora tem todas as autorizações e licenças ambientais, exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, ou sua obtenção encontra-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, sendo que até a presente data a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (m) os seus representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

43



- (n) não omitiu nenhum fato de qualquer natureza que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (o) a Emissora preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas;
- (p) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.21.2. desta Escritura;
- (q) possui pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar os Contratos de Garantia, possui todas as autorizações societárias e demais autorizações necessárias para a constituição da Garantia prevista no Contrato de Administração e Cessão Fiduciária;
- (r) os Contratos de Garantia constituem obrigações legais, válidas e vinculativas, podendo ser executados contra si de acordo com seus termos;
- (s) responsabiliza-se pela existência e correta formalização dos direitos cedidos em garantia nos termos do Contrato de Administração e Cessão Fiduciária;
- (t) está cumprindo rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão e procedendo a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham a legislar ou a regulamentar as normas ambientais em vigor;

[Handwritten signatures and initials]



- (u) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé; e
- (v) tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

CLÁUSULA IX COMUNICAÇÕES

9.1. Exceto se de outra forma previsto nesta Escritura, as comunicações a serem enviadas por qualquer uma das Partes deverão ser encaminhadas para endereços constantes na Cláusula 9.2 abaixo.

9.2. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

- (a) Para a Emissora:

GÁS VERDE S.A.

Rua da Assembleia, nº 10, 15º andar, conj. 1503

Rio de Janeiro – RJ

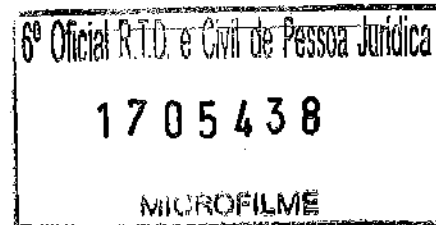
CEP 20011-901

At.: Sérgio Stacchini / Eduardo Levenhagen

Telefone e Fac símile: (021) 2222-0430

e-mail: sergio.stacchini@biogas-ambiental.com.br / eduardo@novogramacho.com.br

Internet: www.gasverde.com.br



(b) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIO

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514

Rio de Janeiro – RJ

CEP 22640-102

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira
(Backoffice Financeiro)

Telefone: (21) 3385-4565

Fac símile: (21) 3385-4046

e-mail: juridico@pentagonotruster.com.br / backoffice@pentagonotruster.com.br

Internet: www.pentagonotruster.com.br

(c) Pelos Intervenientes Garantidores:

SYNTHESIS EMPREENDIMENTOS S.A.

Rua Neri Pinheiro, 298

Cidade Nova, Rio de Janeiro – RJ

CEP 20210-1020

At.: Mario Cezar Fernandez Alves / Marcelo Martins

Telefone e Fac símile: (021) 2293-2311

e-mail: mariocezar@gruposynthesis.com.br / marcelo.martins@gruposynthesis.com.br

J. MALUCELLI CONSTRUTORA DE OBRAS S.A.

Rodovia do Café 315, Km 0,5

Mossunguê – Curitiba – PR

CEP 82305-100

At.: Paola Malucelli/ Georgete Soares Bender

Telefone e Fac símile: (041)-3351-5577

e-mail: paolam@jmalucelli.com.br / georgetesb@jmalucelli.com.br

BIOGÁS ENERGIA AMBIENTAL S.A.

Rua Mogei, nº 1580

São Paulo – SP

At.: Sérgio Stacchini / Julio Cesar do Prado

Telefone e Fac símile: (011) 5506-9990

e-mail: sergio.stacchini@biogas_ambiental.com.br /

Internet: julio@saojoao-ambiental.com.br



S.A. PAULISTA DE CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO

Rua Joaquim Floriano, nº 466 – 7º andar

São Paulo – SP

CEP 04534-002

At.: Bruno Amorim Florêncio Pereira / Karen Maeda

Telefone e Fac símile: (11) 3707-8300

e-mail: bruno.amorim@sapaulista.com.br / karen.maeda@sapaulista.com.br

ARCADIS LOGOS ENERGIA S.A.

Rua Bahia, nº 1.900, conjunto 1.101

Belo Horizonte – MG

CEP 30160-011

At.: Carlos Augusto Blois Pera / Evandro Ribeiro

Telefone e Fac símile: (11) 3117-3171

e-mail: carlos.blois@arcadislogos.com.br / evandro.ribeiro@arcadislogos.com.br

NOVO GRAMACHO ENERGIA AMBIENTAL S.A.

Rua da Assembleia, nº 10, 15º andar, conj. 1503 e 1504, Centro

Rio de Janeiro – RJ

At.: Eduardo Souza Santos Levenhagen / Antonio Carlos Delbin

Telefone e Fac símile: (21) 2222-0430 / (21) 2784-6250

e-mail: eduardo@novogramacho.com.br / delbin@novogramacho.com.br

(d) Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Banco Bradesco S.A.

Departamento de Ações e Custódia

Cidade de Deus, s/nº, Pr.Prédio Amarelo, -2º andar –, Vila Yara

06029-900, Osasco – SP

CEP 06029-900

At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo

Telefone: (11) 3864-7911 / (11) 3684-2852

e-mail: Internet: www.4010.jbsouza@bradesco.com.br

4010.custodiarf@bradesco.com.br

4010.tomo@bradesco.com.br



(e) Para a CETIP:

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários – GEVAM

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

e-mail: gr.debentures@cetip.com.br

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 9.2. acima serão arcados pela parte inadimplente.

9.5. As notificações de inadimplemento dispostas na Cláusula 4.1. desta Escritura não poderão ser realizadas por meio eletrônico ou fac-símile, devendo ser entregues em mãos, sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio.

**CLÁUSULA X
CUSTOS DE REGISTRO**

10.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

**CLÁUSULA XI
DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela



Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.1.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.2. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

11.3. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.4. Fica eleito o Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 8 (oito) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

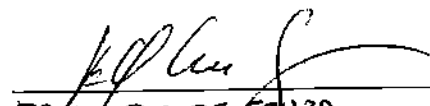
Rio de Janeiro, 15 de março de 2013.

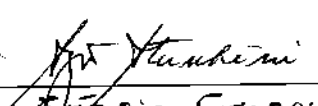
(assinaturas na próxima página)



Página de Assinatura da Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Gás Verde S.A.

GÁS VERDE S.A.


EDUARDO DE SOUZA
SANTOS LEVENHAGEN
DIRETOR


SÉRGIO STACCHINI
DIRETOR

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABEIA

Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

RECONHECO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

EDUARDO DE SOUZA SANTOS LEVENHAGEN; SÉRGIO STACCHINI

SELO(S): SMC29098 e SMC29099

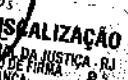
Rio de Janeiro, 22 de Março de 2013

FUNPER 10, 30 FUNPER 10, 40 FUNPER 10, 50 FUNPER 10, 60 FUNPER 10, 70 FUNPER 10, 80 FUNPER 10, 90 FUNPER 10, 100 FUNPER 10

TOTAL: 10,72

Em Testemunho

MAT. 94-8894-NELSON NERY DOS SANTOS - ESCRIVENTE



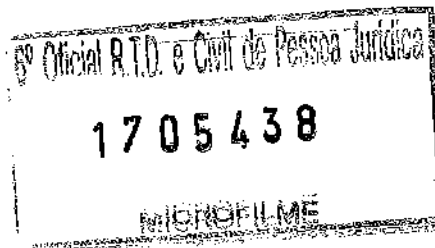
Emol.
Estado
Ipesp
R. Civil
T. Justiça

6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.314/0001-70
Rua Benjamin Constant, 152 - Centro - CEP: 01005-000 - São Paulo/SP
R\$ 7.829,02 Protocolado e prenotado sob o n. 1.705.438 em
R\$ 2.225,10 26/03/2013 e registrado, hoje, em microfilme
R\$ 1.648,22 sob o n. 1.705.438, em títulos e documentos.
R\$ 412,05 São Paulo, 26 de março de 2013
R\$ 412,05

Total R\$ 12.526,44


Selos e taxas
Recolhidos
p/verba

Radislau Lamolta - Oficial
Antonio Vinícius Carneiro - Escrevente Autorizado



Página de Assinatura da Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Gás Verde S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIO


Pedro Silva
Procurador

TABELIÃO OLIVEIRA LIMA
15ª Cartório de Notas
R. João Roberto de Oliveira Lima

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, CEP: 04548-005
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP
PABX: (11) 3058-5100 - www.15notas.com.br

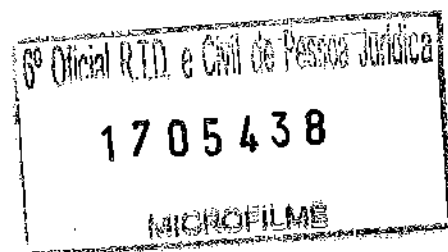
Reconheço por Semelhança (i Firmate) COM VALOR econômico de: PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA. SÃO PAULO, 20 de Março de 2013. Total: R\$ 6,50 16:16:09

EDUARDO BEZERRA BARBOSA - ESCRIVENTE AUTORIZADO

VÁLIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE

EDUARDO BEZERRA BARBOSA
ESCRIVENTE AUTORIZADO
8334641





Página de Assinatura da Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Gás Verde S.A.

SYNTHESIS EMPREENDIMENTOS LTDA.


PAULO MARCUSO TUPINAMBA
ADMINISTRADOR

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELA

Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

PAULO MARCUSO TUPINAMBA

SELO(S): SMC28937

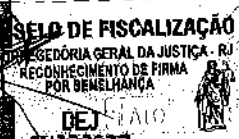
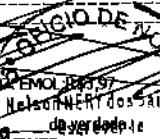
Rio de Janeiro, 21 de Março de 2013

FUNPER1.0.19 FUNPER1.0.19 FUNPER1.0.19 FUNPER1.0.19 FUNPER1.0.19

TOTAL: 5,36

Em Testemunha

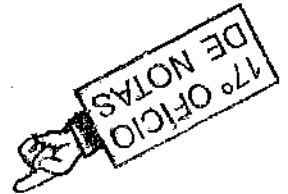
MAT: 94-8894 NELSON-NERY DOS SANTOS-ESCREVENTE





Página de Assinatura da Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Gás Verde S.A.

J. MALUCELLI CONSTRUTORA DE OBRAS S.A.



JOÃO FRANCISCO BITTENCOURT JR. PAOLA MALUCELLI DE ARRUDA
DIRETOR TÉCNICO PROCURADORA

24º OFÍCIO DE NOTAS - JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139- Loja C Tel:3553-6021
Reconheço por Semelhança a(s) firma(s) de
JOAO FRANCISCO BITTENCOURT

Rio de Janeiro, 21/03/2013. Em testemunho da verdade.
Selo n. SNB10744
319-LEILANE NECI GOMES MATA
ESCREVENTE AUTORIZADO - Reconhecimento de firma(s): 5,36



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-7600
Reconheço por semelhança a firma de: PAOLA MALUCELLI DE ARRUDA
Cada: 15428344F0AD

Rio de Janeiro, 21 de Março de 2013. Conf. por:
Em testemunho da verdade.

Geraldo Brasil Tozo Filho - Aut.

Serventia 3,97
34% T.O.M. 1,39
Total 5,36



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



Página de Assinatura da Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Gás Verde S.A.

20 MAR. 2013

S.A. PAULISTA DE CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO

UBIRAJARA RODOLPHO AMORIM FILHO *MARCOS GABRIEL PESTANA LISBOA*
VICE-PRESIDENTE INSTITUCIONAL VICE-PRESIDENTE DE OPERAÇÕES

20 notário
Jeremias

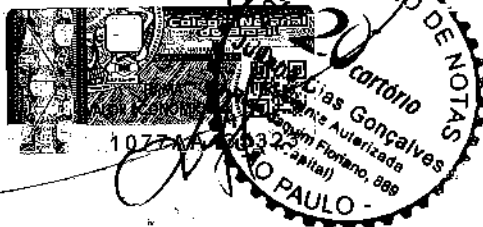
Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-013 - fone: 11 3078-1836

ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS
tabelião

Reconheço por semelhança as firmas de: (1) UBIRAJARA RODOLPHO AMORIM FILHO e
(1) MARCOS GABRIEL PESTANA LISBOA, em documento com valor econômico, do fê.
São Paulo, 20 de março de 2013.
Em Teste da verdade. Cód. [-1231852915310532453587-1490]

JULIANA DIAS GONÇALVES - Escrevente Autorizada (Otd 2: Total R\$ 13,00)
Selo(s): 2 Atos: 1077AA-435323



O Presente ato somente é válido com selo de Autenticação







Página de Assinatura da Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Gás Verde S.A.

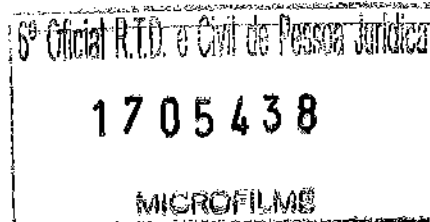
ARCADIS LOGOS ENERGIA S.A.



CARLOS AUGUSTO BLOIS PERA
DIRETOR PRESIDENTE



JOSE AFFONSO JUNQUEIRA NETTO
PROCURADOR




6A
H
P
A

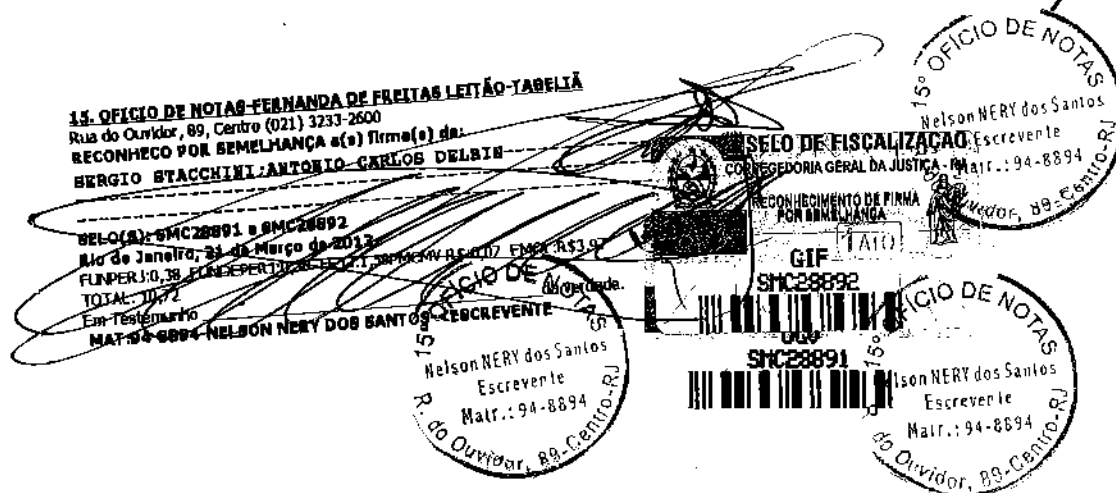


Página de Assinatura da Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Gás Verde S.A.

BIOGÁS ENERGIA AMBIENTAL S.A.

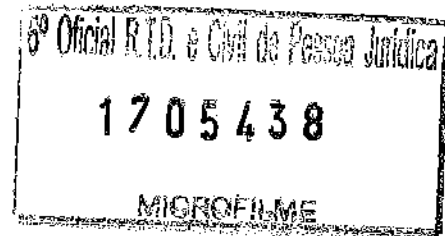
Sergio Stacchini
SERGIO STACCHINI
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Antonio Carlos Delbin
ANTONIO CARLOS DELBIN
DIRETOR TÉCNICO



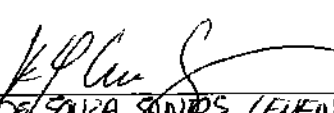
Handwritten signatures and initials.

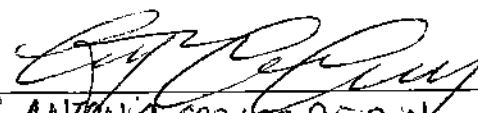
7A



Página de Assinatura da Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Gás Verde S.A.

NOVO GRAMACHO ENERGIA AMBIENTAL S.A.


EDUARDO DE SOUZA SANTOS LEVENHAGEN
DIRETOR SUPERINTENDENTE


ANTONIO CARLOS DEUBIN
DIRETOR

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELA

Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

EDUARDO DE SOUZA SANTOS LEVENHAGEN; ANTONIO CARLOS DEUBIN

SELO(6): SMC28935 e SMC28936

Rio de Janeiro, 21 de Março de 2013


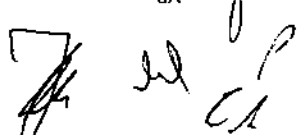
RUNPER10,38 FUNDPER10,38 FET11,58DMCMV R2007 FMOX1144,97

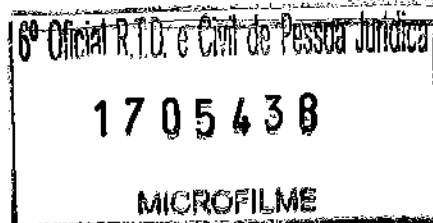
TOTAL 10,72

Em Testemunho

MAT-94-8894 NELSON NERY DOS SANTOS - ESCRIVENTE



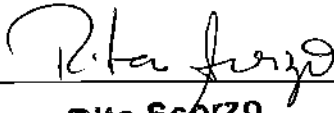

8A




Página de Assinatura da Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Gás Verde S.A.

Testemunhas


Nome: **Andréa Ribeiro**
CPF: **RG. 23.128.528-1 SSP/SP**
CPF. 149.218.078-50


Nome: **Rita Scorzo**
CPF: **RG. 19.144.022-X**
CPF. 104.407.778-60

